

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

PROCEDIMENTO:	CONCURSO PÚBLICO (COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL), AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 20º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
PREÇO BASE:	300.000,00 € (TREZENTOS MIL EUROS) PREÇO FIXO NÃO SUBMETIDO À CONCORRÊNCIA. APENAS SERÁ SUBMETIDO À CONCORRÊNCIA, O PREÇO UNITÁRIO
OBJETO CONTRATUAL:	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO MUNICIPAL DO ARVOREDO EM MEIO URBANO

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO
DIVISÃO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 480 901 · dcp.dfp@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt

IM-006.8
Página 1/19



ÍNDICE

Cláusula 1. ^a	4
Objeto	4
Cláusula 2. ^a	4
Contrato	4
Cláusula 3. ^a	4
Prazo.....	4
Cláusula 4. ^a	4
Preço Base.....	4
Obrigações do prestador de serviços.....	5
Subsecção I	5
Disposições gerais.....	5
Cláusula 5. ^a	5
Obrigações principais do prestador de serviços.....	5
Cláusula 6. ^a	5
Forma de prestação do serviço	5
Cláusula 8. ^a	6
Prazo de prestação do serviço	6
Cláusula 9. ^a	6
Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato	6
Cláusula 10. ^a	7
Transferência da propriedade.....	7
Cláusula 11. ^a	7
Conformidade e garantia técnica.....	7
Cláusula 12. ^a	7
Trabalhadores afetos à prestação de serviços.....	7
Subsecção II	7
Dever de sigilo	7
Cláusula 13. ^a	7
Objeto do dever de sigilo.....	7
Cláusula 14. ^a	7
Prazo do dever de sigilo.....	7
Obrigações do Município da Maia	8
Cláusula 15. ^a	8
Preço contratual	8
Cláusula 16. ^a	8
Faturação e Condições de pagamento.....	8
Cláusula 17. ^a	9
Disposição e fruição de bens pertencentes a terceiros afetos à boa execução do contrato.....	9

Cláusula 18. ^a	9
Gestor do contrato	9
Cláusula 19. ^a	9
Penalidades contratuais.....	9
Cláusula 20. ^a	10
Força maior.....	10
Cláusula 21. ^a	10
Resolução por parte do contraente público.....	10
Cláusula 22. ^a	11
Resolução por parte do prestador de serviços.....	11
Cláusula 23. ^a	11
Execução da caução.....	11
Cláusula 24. ^a	11
Seguros.....	11
Cláusula 25. ^a	11
Foro competente.....	11
Cláusula 26. ^a	12
Subcontratação e cessão da posição contratual.....	12
Cláusula 27. ^a	12
Comunicações e notificações.....	12
Cláusula 28. ^a	12
Contagem dos prazos.....	12
Cláusula 29. ^a	12
Proteção de dados.....	12
Cláusula 30. ^a	12
Redes /sistemas de Sensorização.....	12
Cláusula 31. ^a	12
Interoperabilidade de Dados	12
Cláusula 32. ^a	13
Avaliação de Fornecedores	13
Cláusula 33. ^a	14
Legislação aplicável	14
Objeto da prestação de serviços de manutenção.....	15
Cláusula 2. ^a Operacionalização da prestação de serviços	15
Cláusula 3. ^a Regime da prestação de serviços de georreferenciação e atributos.....	15
Cláusula 4. ^a Descrição das operações	15
Cláusula 5. ^a Recursos a afetar às prestações de serviços.....	17

PARTE I

Cláusulas jurídicas

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a: **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO MUNICIPAL DO ARVOREDO EM MEIO URBANO”**.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, quando aplicável.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

- 1 - O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2 - Durante o período contratual anteriormente referido, a entidade adjudicante não fica vinculada à integral execução do preço contratual da proposta adjudicada, constituindo este um limite máximo estimado para o mencionado período.
- 3 - O contrato poderá cessar os seus efeitos na data em que for atingido o preço contratual, ainda que não se tenha esgotado o prazo contratual.

Cláusula 4.ª

Preço Base

- 1 - O preço base do procedimento é de **300.000,00 € (Trezentos mil euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

2 - O preço base de € 300.000,00 (trezentos mil euros) é fixo, não sendo submetido à concorrência. Será apenas submetido à concorrência o preço unitário de inventariação por árvore, de acordo com o previsto na Parte II do presente Caderno de Encargos.

3 - A não utilização da totalidade do valor contratual não dá direito igualmente a qualquer indemnização, compensação ou reposição do equilíbrio financeiro do contrato por eventual quebra de expectativas.

4 - O preço base referido no número um inclui todos custos com os meios e equipamentos necessários para o fornecimento dos bens, bem como os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicatária, nomeadamente os relativos ao transporte de pessoas e bens, alimentação, alojamento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de prestação de serviços no prazo estipulado;
 - b) Obrigação de prestação dos serviços em conformidade com o exigido no presente Caderno de Encargos e com os identificados na sua proposta, nomeadamente no que diz respeito ao plano de trabalhos, meios humanos e materiais necessários vinculados à boa execução do contrato prestação de serviços;
 - c) Obrigação de respeitar todos os imperativos legais relacionados com a prestação de serviços, incluindo o cumprimento das normas e regulamentos que incidam sobre a própria prestação de serviços, sobre higiene, saúde e segurança no trabalho, e sobre ambiente.
 - d) Obrigação de preparar e planear a execução dos trabalhos.
 - e) Obrigação de executar os atos identificados nas cláusulas técnicas constante do presente caderno de encargos.
- 2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Forma de prestação do serviço

- 1 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal reuniões de coordenação com o Gestor do Contrato, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

- 2 - As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
- 3 - O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Gestor do Contrato, com uma periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
- 4 - No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
- 5 - Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 8.ª

Prazo de prestação do serviço

- 1 - O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos do presente Caderno de Encargos, no prazo de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato escrito.
- 2 - Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa do Município da Maia ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

Cláusula 9.ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- 1 - No prazo de 5 (cinco) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, o Município da Maia procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 - Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município da Maia toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
- 3 - No caso de a análise do Município da Maia a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o Município da Maia deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
- 4 - No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município da Maia, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
- 5 - Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município da Maia procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
- 6 - Caso a análise do Município da Maia a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, poderá ser emitida, declaração de aceitação pelo Município da Maia.
- 7 - A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 10.ª

Transferência da propriedade

- 1 - Com a aceitação a que se refere a cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município da Maia, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
- 2 - Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 11.ª

Conformidade e garantia técnica

Sempre que aplicável, o prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município da Maia em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 12.ª

Trabalhadores afetos à prestação de serviços

- 1 - Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o Prestador de Serviços obriga-se a executar o contrato com trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo (para os contratos cujo prazo seja superior a um ano), devendo para o efeito assinar a declaração constante no Anexo III do Programa do Procedimento.
- 2 - O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
- 3 - O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão/prestação de serviço.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 13.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Maia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos,

designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município da Maia

Cláusula 15.ª

Preço contratual

- 1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município da Maia deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].
- 3 - O preço a que se refere o n.º 1 será dividido mensalmente, correspondendo esse valor mensal ao número efetivo de árvores inventariadas.

Cláusula 16.ª

Faturação e Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pelo Município da Maia, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a data de entrega das respetivas faturas e sua validação pelo serviço municipal, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação efetiva do serviço, e nos termos do n.º 3 do artigo anterior.
- 3 - A faturação a emitir deverá exibir o número do respetivo compromisso que consta dos documentos de adjudicação, em cumprimento da legislação aplicável.
- 4 - As faturas que não exibam o número do compromisso e a data de vencimento (30 dias), ou contenham imprecisões, serão devolvidas para efeito de correção.
- 5 - Em caso de discordância por parte do Município da Maia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 6 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas, por regra, através de transferência bancária.
- 7 - A partir da produção de efeitos do presente contrato, a entidade adjudicatária fica obrigada a emitir faturas eletrónicas nos termos previstos no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação aplicável, sob pena de, não o fazendo, não ser aceite qualquer outro modo de faturação e, consequentemente, não ser efetuado qualquer pagamento até que seja apresentada a fatura eletrónica.
- 8 - A faturação deverá ter periodicidade mensal, e ser emitida, entre o dia 1 e o dia 5 de cada mês, em nome do Município da Maia, relativamente ao serviço prestado no mês anterior, contendo o número de exemplares arbóreos georreferenciados e parametrizados no mês anterior. A fatura deverá conter em anexo a discriminação dos arruamentos, parques urbanos, jardins e outros espaços considerados municipais onde ocorreu a

georreferenciação, bem como o número de exemplares por freguesia e localização, em nome do Município da Maia, com referência ao(s) documento(s) que lhe deram origem.

- 9 - A entidade adjudicatária fica obrigada a emitir faturas eletrónicas (formato EDI) nos termos previstos no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação aplicável, sob pena de, não o fazendo, não ser aceite qualquer outro modo de faturação e, consequentemente, não ser efetuado qualquer pagamento até que seja apresentada a fatura eletrónica.

Cláusula 17.ª

Disposição e fruição de bens pertencentes a terceiros afetos à boa execução do contrato

- 1 - A entidade adjudicante deve cuidar da propriedade do fornecedor enquanto esta estiver sob o seu controlo ou a ser utilizada por si.
- 2 - A entidade adjudicante deve identificar, verificar, proteger e salvaguardar a propriedade que seja disponibilizada.
- 3 - Se qualquer propriedade do fornecedor externo se perder, danificar ou de outra forma for tida como inapropriada para utilização a entidade adjudicante deve reportar ao fornecedor externo e manter registos.
- 4 - A entidade adjudicante deve assegurar a confidencialidade de informações fornecidas pelo fornecedor externo. Em caso de quebra de confidencialidade devem ser estabelecidas e implementadas as ações necessárias.
- 5 - A propriedade do fornecedor externo pode incluir materiais, componentes, ferramentas e equipamentos, instalações dos clientes, propriedade intelectual e dados pessoais.

Cláusula 18.ª

Gestor do contrato

- 1 - O Município da Maia designa para gestor do contrato, Eng.º Joaquim Quelhas, funcionário adstrito à Divisão de Ambiente, tendo como função o acompanhamento permanente da execução do contrato, designadamente a monitorização dos níveis de desempenho do fornecedor, técnico e financeiro e respetiva avaliação anual.
- 2 - Sempre que se verifiquem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, o Gestor do Contrato deverá constituir evidência documental de todas as ocorrências existentes, devendo ainda encetar junto do fornecedor os procedimentos tendentes à sua correção, bem como a emissão de relatório devidamente fundamentado sobre o desempenho do fornecedor.

CAPÍTULO III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 19.ª

Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Maia pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da inventariação do número de árvores previstas no programa de trabalhos mensal, uma pena de 50 € por cada árvore não inventariada;
 - b) Pelo incumprimento de não georreferenciação de cada árvore inventariada, uma pena de 25 €/árvore;
 - c) Pelo registo incompleto e/ou incorreto da informação registada no sistema informático, nos termos da Parte II do Caderno de encargos, será aplicada uma pena de 100 € por árvore
- 2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município da Maia pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20 % do valor do contrato;

- 3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo das alíneas a), b) e c) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Maia tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 - O Município da Maia pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Maia exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 20.ª

Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21.ª

Resolução por parte do contraente público

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Maia pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes ao contrato superior 30 (trinta) dias ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;

- 2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços [e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 22.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 30 dias para além do prazo de vencimento da(s) respetiva(s) fatura(s);
- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 22.ª.
- 3 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município da Maia, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.
- 4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

Caução e seguros

Cláusula 23.ª

Execução da caução

Não é exigível caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Cláusula 24.ª

Seguros

- 1 - É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos inerentes ao exercício da atividade do prestador de serviços para a execução do presente contrato.
- 2 - O Município da Maia pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo 5 dias úteis.

CAPÍTULO V

Resolução de litígios

Cláusula 25.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Cláusula 26.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 27.^a

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 29.^a

Proteção de dados

- 1 - A entidade adjudicatária obriga-se a cumprir o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais e proteção da privacidade, mantendo em total confidencialidade os dados pessoais cujo acesso lhe tenha sido dado pelo Município da Maia, no âmbito da prestação dos serviços objeto do presente contrato, estando sujeito a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
- 2 - A entidade adjudicatária obriga-se a atuar na medida das instruções que lhe forem transmitidas pelo Município da Maia, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais de terceiros com que o Município da Maia se relacione.

Cláusula 30.^a

Redes /sistemas de Sensorização

- 1 - De forma a permitir aferir o interesse estratégico e a consideração de alternativas técnicas, as propostas que digam respeito a redes/sensorização do território deverão explicitar duas alternativas diferentes:
 - a) Envio dos dados para sistema/plataforma do fornecedor e acesso aos mesmos pelo município por REST API (ver cláusula Interoperabilidade de Dados);
 - b) Envio dos dados diretamente para sistema do município por GSM, WiFi, LoRaWAN, NBIoT (ou outra solução).

Cláusula 31.^a

Interoperabilidade de Dados

- 1 - Para cumprir o objetivo de integrar nas plataformas do Município da Maia os dados criados, geridos, transmitidos, processados, armazenados ou disponibilizados pela solução, esta necessita de disponibilizar uma interface programática (uma API) HTTP/REST que permita acesso de leitura aos dados e, se apropriado, acesso de escrita. Essa API tem de obrigatoriamente permitir acesso ao detalhe dos dados (dados em bruto com a mesma riqueza

e granularidade que o armazenamento efetuado nas bases de dados que suportam a aplicação/serviço), e, se apropriado, acesso a dados agregados com a granularidade que seja apropriada às especificidades da solução em causa. No caso de existir risco de incumprimento do RGPD será solicitado ao DPO da CMM a emissão de um parecer, em função do qual, a API poderá ter de restringir o acesso ou anonimizar alguns desses dados.

- 2 - Se o canal de comunicações passar pela internet, o servidor REST disponibilizado por este sistema deve ser configurado para ser protegido por HTTPS e TLS, de modo a que todos os dados transferidos entre o servidor REST e o cliente REST (do município) sejam encriptados.
- 3 - O acesso à API disponibilizada pelo servidor REST necessita de obrigar à utilização de alguma forma de autenticação/autorização (Basic Authentication, HMAC, API Key, OAuth access token, ou JSON Web Token). Os dados propriamente ditos devem ser fornecidos em formato XML ou JSON.
- 4 - A API necessita de ser adequadamente documentada, incluindo exemplos de utilização.
- 5 - Alternativamente, poderá ser considerada a possibilidade de acesso (só de leitura) direto à base de dados, recorrendo a ligação protegida por ssh ou equivalente.

Cláusula 32.^a

Avaliação de Fornecedores

- 1 - A avaliação de fornecedores tem periodicidade anual e é efetuada de acordo com a Matriz de Avaliação de Fornecedores descrita no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
- 2 - A avaliação é efetuada por contrato (bens/serviços/empreitada), independentemente da existência de vários contratos para diferentes serviços municipais, e dos seus objetos contratuais, de acordo com as seguintes categorias:
 - Categoria A) – Contratos de Empreitadas de obras públicas: são avaliados todos os fornecedores com contratos em execução e/ou finalizados no ano em avaliação, independentemente do preço contratual de cada um dos contratos;
 - Categoria B) – Contratos de fornecimento contínuo: são avaliados todos os fornecedores de bens e serviços com contratos em execução e/ou finalizados no ano em avaliação, independentemente do preço contratual de cada um dos contratos
 - Categoria C) – Contratos de fornecimento integral ou parcelado de acordo com um prazo pré-determinado:
 - são avaliados todos os fornecedores de bens e serviços cujos contratos, individualmente, tenham um preço contratual superior a 5.000,00 € (valor s/ IVA);
- 3 - A avaliação é qualitativa, sendo calculada com base numa avaliação quantitativa, nos termos constantes da Matriz de Avaliação de Fornecedores.
- 4 - Todos os fornecedores começam com uma classificação de 100%, atribuindo-se a cada um dos critérios a avaliação quantitativa de acordo com o respetivo patamar de cumprimento.
- 5 - Por cada critério não cumprido será retirada a ponderação fixada de acordo com a natureza do incumprimento descrita na Matriz de Avaliação de Fornecedores.
- 6 - Nos contratos de fornecimento contínuo, os incumprimentos de critérios serão avaliados da seguinte forma:
 - 6.1 Desde que se verifique uma ocorrência com dano para o Município ou uma não resolução, deverá ser retirada a ponderação fixada para o respetivo critério;
 - 6.2 Desde que se verifique mais do que duas ocorrências sem dano para o Município, deverá ser retirada a ponderação fixada para o respetivo critério.
- 7 - No caso de existirem fornecedores com vários contratos, a avaliação final desse fornecedor resultará de uma média aritmética simples de todos os contratos.

8- Após a obtenção da classificação final os fornecedores são classificados de acordo com a seguinte tabela:

Preferencial: Resultado de avaliação entre [90% e 100%]

Aceitável: Resultado de avaliação entre [60% e 90%]

Crítico: Resultado de avaliação Inferior a 60%

9- Fornecedores classificados como “Críticos” só poderão continuar a fornecer o Município da Maia nos seguintes casos:

- Objeto contratual com fornecedor único;
- Adjudicação na sequência de concurso público, nos termos legalmente definidos.

10- A avaliação de fornecedores será divulgada anualmente no site institucional do Município da Maia até ao final do mês de abril, no endereço <https://www.cm-maia.pt/pages/401>.

Cláusula 33.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.^a

Objeto da prestação de serviços de manutenção

- 1 - O objeto contratual é constituído por todas as árvores existentes em arruamentos, parques urbanos e espaços verdes e outros espaços considerados municipais.
- 2 - Os serviços serão executados no concelho da Maia, distribuídos pelas 10 freguesias, com a seguinte prioridade:
 - a) 1.^a – inventário das árvores localizadas nos arruamentos em caldeira;
 - b) 2.^a - inventário das árvores localizadas parques urbanos;
 - c) 3.^a - inventário das árvores localizadas em espaços verdes;
 - d) 4.^a - inventário das árvores localizadas espaços considerados municipais.
- 3 - Em sede de execução do contrato a entidade informará o adjudicatário da localização das árvores a inventariar.

Cláusula 2.^a

Operacionalização da prestação de serviços

- 1 – O prestador de serviços deverá apresentar um programa de trabalhos mensal nos últimos 10 dias de cada mês, que inclua denominação da freguesia e o nome dos arruamentos nos quais vai realizar os trabalhos no mês seguinte.
- 2 – O gestor do contrato procederá análise do programa de trabalhos no máximo de 5 dias, podendo solicitar alterações.
- 3 - O programa de trabalhos deverá ter em consideração as prioridades estabelecidas na cláusula anterior.
- 4 – Sem prejuízo do n.º 1, nos 5 dias após a celebração do contrato escrito, deverá ocorrer uma reunião com o gestor de contrato, data a propor pela entidade adjudicante, com o objetivo de definir a metodologia de trabalhos.
- 5 - O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 3.^a

Regime da prestação de serviços de georreferenciação e atributos

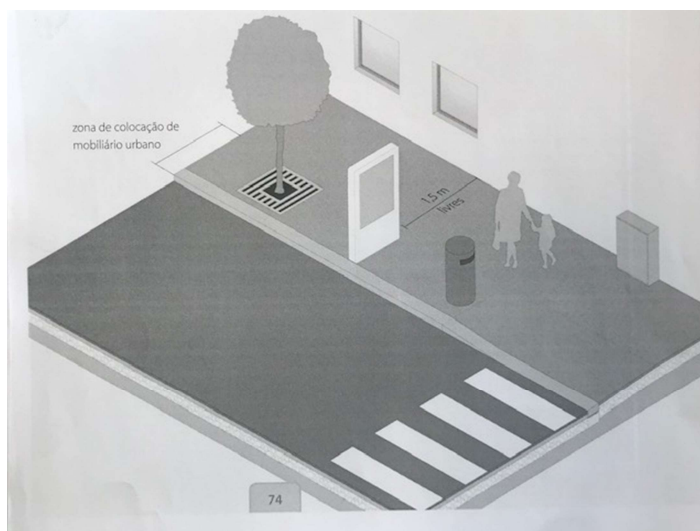
- 1 - O adjudicatário é obrigado a desenvolver as operações de georreferenciação e respetivos atributos objeto do presente procedimento, e o que lhe especifique o Município da Maia para poder alcançar este objetivo.
- 2 - Em todos os casos omissos ou de dúvida, deverá ser consultado o Município da Maia.

Cláusula 4.^a

Descrição das operações

1. Cada exemplar arbóreo georreferenciado deve conter os atributos que se encontram vertidos no Anexo A, o qual tem de ser preenchido na totalidade.

2. Apesar do referido no ponto 1, e ser obrigatório o preenchimento de todos os atributos, descrevemos alguns atributos para melhor interpretação:
 - a) Altura da árvore (m);
 - b) Diâmetro tronco (DAP / m) – diâmetro à altura do peito;
 - c) Diâmetro copa (DCP/m) – diâmetro da copa;
 - d) Distância à circulação – considerar a distância entre e o lado interior do passeio (muros de vedação, fachadas de prédio, outros)



- 3) A georreferenciação e os atributos devem ser compilados e enviados em Shapefile de forma a poderem ser todos exportados para a aplicação existente na Câmara Municipal, software QGIS, sendo que a periodicidade será definida oportunamente.
- 4) O Anexo B contém um conjunto de ficheiros com a identificação dos arruamentos nos quais existem árvores em calçada. Em sede de execução do contrato a entidade informará o adjudicatário da localização dos arruamentos, parques urbanos, espaços verdes e outros espaços considerados municipais a inventariar que não estão identificadas no Anexo B.
- 5) Inserir a respetiva informação nas ferramentas informáticas de gestão do arvoredo a disponibilizar pela entidade adjudicante em sede de execução do contrato;
- 6) Toda a documentação, informação ou esclarecimentos que não constem da ferramenta referida na alínea anterior e que o adjudicatário considere serem essenciais para o desenvolvimento da prestação de serviços em apreço, deverão ser solicitados à entidade adjudicante, por escrito e para o correio eletrónico do gestor do contrato nomeado para o efeito, dispondo esta de um prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da receção do pedido para prestar a informação solicitada;
- 7) Participar em reuniões preparatórias de definição, acompanhamento do planeamento e da metodologia propostas, as quais serão convocadas pela entidade adjudicante, por correio eletrónico, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis
- 8) Entregar relatórios de acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos,
- 9) A execução dos serviços deverá ainda ser suportada pela entrega de relatórios mensais de acompanhamento, nos quais serão identificados:
 - n.º total de árvores inventariadas no mês transato e respetiva localização geográfica.

- 10) Todos os documentos produzidos devem ser entregues, em suporte digital (Excel e Pdf.), para o endereço eletrónico do gestor de contrato nomeado pela entidade adjudicante para o efeito.
- 11) Sinalização durante a prestação de serviços, que envolva arruamentos com circulação de veículos
- 12) A sinalização dos trabalhos deve obedecer às normas do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto.
- 13) A sinalização dos trabalhos será da responsabilidade do Adjudicatário, e como tal, responsável por qualquer acidente ocorrido na zona de trabalho ou provocada por estes.
- 14) Os equipamentos ou viaturas quando em serviço, não devem obstruir o trânsito na via pública, respeitando as normas reguladoras de trânsito.

Cláusula 5.ª

Recursos a afetar às prestações de serviços

1. O adjudicatário deve afetar à execução dos serviços objeto do contrato, uma equipa técnica que cumpra com os seguintes requisitos mínimos:
 - a) Um Diretor Técnico afeto que deverá ser licenciado em Engenharia Agrícola/Agronómica ou: Arquitetura Paisagista, Engenharia Florestal/Silvícola e Engenharia do Ambiente, Licenciatura em Biologia, e com experiência profissional na inventariação e registo cadastral de árvores, de, no mínimo, 2 anos;
 - b) Os demais elementos da equipa técnica serão da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário, sendo que as obrigações relativas a todo pessoal, relativamente à sua aptidão profissional e disciplina será da sua obrigação;
 - c) O Adjudicatário deve afetar à presente prestação de serviços uma equipa em que todos os elementos da mesma devem possuir conhecimentos específicos nas áreas da Botânica e/ou Fitossanidade adquiridos em Unidades Curriculares de ensino superior.
 - d) No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos elementos que compõem a equipa, o prestador de serviços deve, no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da sua ocorrência:
 1. Apresentar a justificação fundamentada para a alteração do(s) elemento(s);
 2. Comunicar ao gestor do contrato designado pela entidade adjudicante o(s) novo(s) elemento(s), devendo o(s) novo(s) elemento(s) possuir(em), no mínimo, a mesma formação que o elemento substituído;
 3. Proceder à entrega dos documentos do curriculum vitae e certificado de habilitações do(s) novo(s) elemento(s) da equipa, datado(s) e assinado(s).
 - e) Deve o pessoal apresentar-se devidamente identificado, devendo ter em conta o cumprimento da legislação em vigor relativamente à percentagem de material refletor, e apresentar em local, bem visível, o nome da Firma a que pertence;

2 -Plano de Equipamento

- a) O Adjudicatário deve possuir todos os equipamentos, máquinas e viaturas necessários à prestação de serviços em causa;
- b) Todo o equipamento a que se refere o ponto anterior, deve satisfazer quer quanto às suas características quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis;
- c) As viaturas que suportam a realização dos trabalhos que constam da prestação de serviços, devem indicar que estão ao serviço da Divisão de Ambiente – C.M. Maia, através da afixação de uma placa amovível colocada

em local bem visível. O número de viaturas necessárias fica ao critério do Adjudicatário, tendo em vista o cumprimento do presente caderno de encargos.

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

CRITÉRIO	AVALIAÇÃO QUALITATIVA	AVALIAÇÃO QUANTITATIVA
Componente Qualidade: Mede a conformidade com as especificações técnicas contratadas.		
Pe - Prazo de entrega/execução	Dentro do prazo	0%
	Fora do prazo sem dano para o Município	-25%
	Fora do prazo com dano para o Município	-50%
Rt - Requisitos técnicos e funcionais	Cumprir integralmente	0%
	Cumprir parcialmente sem dano para o Município	-25%
	Cumprir parcialmente com dano para o Município/Não cumprir	-50%
Componente Sinergias: Mede a capacidade de solucionar problemas e de resposta a pedidos de informação diversos		
Df - Disponibilidade do fornecedor	Facilidade de comunicação	0%
	Dificuldade de comunicação sem dano para o Município	-25%
	Dificuldade de comunicação com dano para o Município	-50%
Ri - Resposta face a imprevistos	Satisfaz a necessidade no prazo que lhe é solicitado	0%
	Satisfaz a necessidade fora do prazo que lhe é solicitado sem dano para o Município	-25%
	Satisfaz a necessidade fora do prazo que lhe é solicitado com dano para o Município/Não satisfaz	-50%
Rr - Resposta face a reclamações	Resolveu o problema no prazo fixado	0%
	Resolveu o problema fora do prazo fixado sem dano para o Município	-25%
	Resolveu o problema fora do prazo fixado com dano para o Município/Não resolveu	-50%
Componente Custo: Mede a conformidade com as condições financeiras contratadas e dados obrigatórios da faturação		
Rf - Rigor na faturação	Ausência de erros	0%
	Erros pontuais	-25%
	Erros frequentes	-50%
Componente Gestão Ambiental (quando aplicável): Mede o desempenho do fornecedor no domínio ambiental de acordo com o exigido no contrato		
Da - Desempenho ambiental	Cumprir	0%
	Cumprir parcialmente	-25%
	Não cumprir	-50%

Peso percentual atribuído a cada componente	
Tabela 1	
Qualidade	60%
Sinergias	30%
Custo	10%
Tabela 2 (quando aplicável a componente de gestão ambiental)	
Qualidade	55%
Sinergias	25%
Custo	10%
Gestão Ambiental	10%

A classificação de cada fornecimento é o somatório de todos os critérios mais a sua classificação inicial (100%), de acordo com a seguinte fórmula:	
Tabela 1	
Classificação fornecimento N = 100 + [(Pe + Rt) x 60%] + [(Df + Ri + Rr) x 30%] + Rf x 10%	
Tabela 2 (quando aplicável a componente gestão ambiental)	
Classificação fornecimento N = 100 + [(Pe + Rt) x 55%] + [(Df + Ri + Rr) x 25%] + Rf x 10% + Da x 10%	
A classificação de cada fornecedor resulta de uma média aritmética simples das classificações obtidas nos diversos fornecimentos, de acordo com a seguinte fórmula:	
Classificação fornecedor F =	$\frac{\sum \text{Classificações fornecimentos N}}{\text{N.º fornecimentos N}}$

Classificação dos fornecedores		
Classificação	Resultado	Ação
Preferencial	Entre [90% e 100%]	Não se realiza qualquer tipo de ação
Aceitável	Entre [60% e 90%]	O fornecedor é alertado para os incumprimentos detetados
Crítico	Inferior a 60%	O fornecedor é alertado para os incumprimentos detetados devendo apresentar um plano de resolução no prazo que lhe for fixado